



Câmaras recorreram menos aos empréstimos, mas continuam muito endividadas

Anuário financeiro das autarquias de 2006 mostra que a Maia era um dos cinco municípios mais endividados do país. Mesmo assim, conseguiu reduzir a dívida em cerca de 11,5 milhões de euros, em comparação com 2005

A Maia está em 14º lugar no ranking dos 35 municípios com maior independência financeira, cerca de 73 por cento, menos um ponto percentual que em 2005, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006. O documento, da autoria de João Carvalho, Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge foi divulgado no passado dia 19 de Junho

na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Foram analisados 308 municípios. O objectivo era avaliar a execução económica dos municípios.

Ainda no que se refere à autonomia financeira, em primeiro está o maior município do país, Lisboa (87 por cento), seguido de Albufeira e Sesimbra, municípios de média dimensão (até 100 mil habitantes). Do quarto ao sétimo lugar, estão Oeiras, Seixal, Cascais e Porto, concelhos de grande dimensão (com mais de 120 mil habitantes). Matosinhos aparece em 24º lugar, com 69 por cento e Gondomar em 28º com 68 por cento de autonomia financeira.

A autonomia financeira é maior nos grandes municípios, 73 por cento em média, dada a sua capacidade para arrecadarem receitas, nomeadamente as provenientes dos impostos municipais e derramas. Em comparação com a estrutura financeira de 2005, verificou-se um ligeiro aumento da

autonomia financeira. Passou de 51 por cento em 2005 para 54 por cento em 2006.

Apenas 70 municípios apresentaram uma independência financeira superior a 50 por cento, entre os quais os 23 municípios com maior dimensão, 41 de média dimensão e seis municípios

A Maia era em 2006 um dos cinco municípios mais endividados do país, com um passivo de 116,6 milhões de euros. Mas mesmo assim, em relação a 2005 conseguiu baixar o valor da dívida em cerca de 11,5 milhões de euros

de pequena dimensão (até 20 mil habitantes). Ou seja, mais de metade das receitas cobradas resultaram da cobrança de impostos, taxas, rendimentos e vendas de bens e serviços.

A Maia é o sexto concelho com maior peso de receitas provenientes da cobrança de impostos, cerca de 62 por cento. Cascais, Oeiras e Sintra lideram.

O grau de execução da receita, que corresponde à capacidade de cobrança, foi maior no concelho de Mafra, cerca de 102,4 por cento. O pequeno município de Borba apresentou o menor grau de execução, cerca de 27,5 por cento, porque também são poucas as receitas a cobrar. A fraca realização de receita ao nível das cobranças acaba por ter um efeito negativo no endividamento dos municípios, sobretudo no que diz respeito a dívidas a fornecedores. O município de Leiria, com mais de 120 mil habitantes apresentou um nível de receitas por cobrar

de 40 por cento. Houve ainda municípios de média dimensão com um grau de 30 por cento de receitas por cobrar. Dados que os técnicos consideraram preocupantes. A Maia não aparece em nenhum destes rankings.

Em comparação a 2005 verificou-se um decréscimo de receitas cobradas no valor de 140,8 milhões de euros. As receitas cobradas por habitante foram de 676 euros contra 691 euros em 2005. A maior parte das receitas dos municípios resulta das transferências financeiras do Estado, cerca de 42,8 por cento. Seguem-se as receitas provenientes da cobrança dos impostos e taxas municipais, incluindo as derramas. A venda de bens e serviços representa 9,2 por cento das receitas.

Fernanda Alves

MENOS EMPRÉSTIMOS, MAIS GASTOS

A dívida global das autarquias aumentou em 2006, resultado do aumento das dívidas a fornecedores e pela utilização de outros instrumentos financeiros em alternativa aos empréstimos bancários. O número de municípios que não precisaram de recorrer a empréstimos bancários passou de 63 em 2005 para 73 em 2006. Foi o resultado das limitações de endividamento dos municípios impostas pelo Governo e que tinham como objectivo a redução do défice.

Em 2004 o recurso ao crédito bancário foi de 392,7 milhões de euros, reduzindo para 343 milhões em 2005 e 275,7 milhões de euros em 2006. Maia e Leiria são os dois únicos municípios de maior dimensão que aparecem entre as 26 autarquias que recorreram a empréstimos bancários em 2006 e que não tinham recorrido em 2005. O valor das amortizações de empréstimos atingiu os 337,6 milhões de euros. Assim, o stock de capital em dívida diminuiu cerca de 67 milhões de

euros. No entanto, porque obrigou a um maior esforço financeiro, 147 municípios aumentaram os seus passivos financeiros (amortizações foram menores que o valor de novos empréstimos).

Em 2005 o total das dívidas das autarquias, a curto, médio e longo prazo era de 6 593 903,1. Em 2006 passou para 6 637 104,8. Ou seja, houve um aumento de 0,7 por cento.

Relativamente ao grau de execução da despesa e aos compromissos por pagar, registou-se uma redução significativa dos pagamentos, consequência da redução das receitas. Nos 304 municípios analisados, o orçamento das despesas em 2006 foi de 11 294 milhões de euros, tendo sido pago apenas 6 477 milhões de euros. Em 2005 conseguiram pagar 7 188 milhões de euros dos 11 456 milhões orçamentados. Segundo os autores do anuário, "à data de 31 de Dezembro de 2006, o sector autárquico dispunha de meios financeiros para

pagar menos de metade da sua dívida a terceiros".

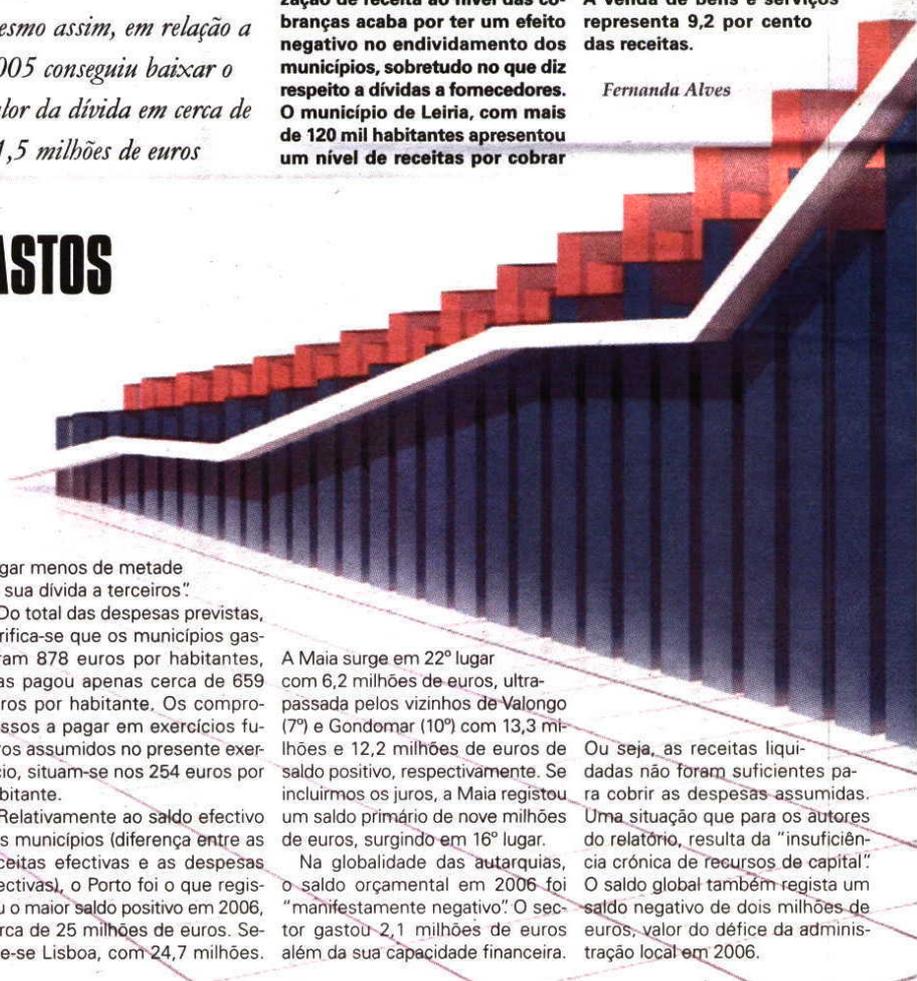
Do total das despesas previstas, verifica-se que os municípios gastaram 878 euros por habitantes, mas pagou apenas cerca de 659 euros por habitante. Os compromissos a pagar em exercícios futuros assumidos no presente exercício, situam-se nos 254 euros por habitante.

Relativamente ao saldo efectivo dos municípios (diferença entre as receitas efectivas e as despesas efectivas), o Porto foi o que registou o maior saldo positivo em 2006, cerca de 25 milhões de euros. Segue-se Lisboa, com 24,7 milhões.

A Maia surge em 22º lugar com 6,2 milhões de euros, ultrapassada pelos vizinhos de Valongo (7º) e Gondomar (10º) com 13,3 milhões e 12,2 milhões de euros de saldo positivo, respectivamente. Se incluirmos os juros, a Maia registou um saldo primário de nove milhões de euros, surgindo em 16º lugar.

Na globalidade das autarquias, o saldo orçamental em 2006 foi "manifestamente negativo". O sector gastou 2,1 milhões de euros além da sua capacidade financeira.

Ou seja, as receitas liquidadas não foram suficientes para cobrir as despesas assumidas. Uma situação que para os autores do relatório, resulta da "insuficiência crónica de recursos de capital". O saldo global também regista um saldo negativo de dois milhões de euros, valor do défice da administração local em 2006.



MAIA NO RANKING

14^o Lugar no ranking dos
35 municípios com maior
 independência financeira
6^o Concelho com
 maior peso de receitas
 provenientes da cobrança
 de impostos

MUNICÍPIOS ENDIVIDADOS

A Maia era em 2006 um dos cinco municípios mais endividados do país, com um passivo de 116,6 milhões de euros. Mas mesmo assim, em relação a 2005 conseguiu baixar o valor da dívida em cerca de 11,5 milhões de euros. Lisboa era o mais endividado, com um passivo de 980 milhões de euros, seguido de Vila Nova de Gaia com 229 milhões e do Porto com 197 milhões de euros em dívidas.

Entretanto, nos últimos dois anos a situação ficou muito melhor para todos eles. A Maia via a dívida ficar muito mais curta. O mesmo aconteceu com o Porto, Gaia e Lisboa.

Quanto à liquidez dos municípios no final de 2006 (disponibilidades + títulos negociáveis + dívidas a receber de curto prazo - dívidas a curto prazo), ficou evidente que as dívidas a terceiros de curto prazo no montante de dois milhões 188 mil euros são superiores aos activos de curto prazo, disponibilidades e dívidas a receber. Em Dezembro de 2006 a administração autárquica apresentava uma falta de liquidez global no montante de 787 milhões de euros. A Maia era o segundo município com menor capacidade de cobrir as dívidas a terceiros de curto prazo, tendo atingido uma liquidez negativa de aproximadamente 31 milhões de euros. Acima estava Lisboa com uma liquidez negativa de 179,5 milhões.

No ranking dos 50 municípios mais eficazes na administração, dominam os de média dimensão, 30 ao todo. Os de grande dimensão são 12 e os de pequena dimensão são apenas oito. Mafra, município de média dimensão, lidera na gestão municipal financeira, económica e patrimonial mais equilibrada, segundo um conjunto de 10 indicadores. A Maia não figura neste ranking.

Na análise efectuada às contas de 2006, os técnicos concluíram que o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL) estava já a ser aplicado em todos os municípios do país. Todos apresentaram os principais mapas exigidos pelo Tribunal de Contas. O POCAL resulta da reforma de contabilidade autárquicas, que permite um melhor controlo financeiro, uma melhor preparação dos orçamentos das autarquias e um melhor acompanhamento da sua execução.

